DOURADA, A CAPELA DO RECIFE E SEU ARTÍFICE

Flávia de Sousa Pereira[1]

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo nominar, através do cenário artístico da Capela Dourada do Recife, os artífices responsáveis pela sua construção e embelezamento. Espaço de sociabilidade para os membros da Ordem Terceira, é Antônio Fernandes de Matos um nome de peso na construção da referida capela. Sua ascensão social em Pernambuco, de imigrante português a senhor de grossos haveres e participante ativo na construção da cidade do Recife, são pontos significativos neste estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Capela Dourada do Recife. Ordem Terceira do Recife. Antônio Fernandes de Matos.

Este texto é parte das pesquisas realizadas sobre a temática da Capela Dourada do Recife junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Unicap, tendo como objetivo a exposição das fontes documentais e bibliográficas sobre os franciscanos no período colonial, e tem como objetivo dar continuidade a divulgação do tema, além de contribuir para o debate nos meios acadêmicos e fora dele. Diante de alguns obstáculos encontrados neste tipo de pesquisa, monta-se aqui um mosaico a partir de algumas fontes bibliográficas, que no passado colecionaram informações documentais sobre Antônio Fernandes de Matos e seus discípulos, vislumbrando-se assim, o desejado panorama artístico, embora ainda resulte em lacunas devido à escassez de provas documentais. Mas, antes, necessário se faz voltar um pouco no tempo.

Ocupado lentamente durante o século XVI, o território brasileiro foi inicialmente dividido em capitanias hereditárias, como primeira divisão administrativa e territorial implantada pelos portugueses durante a colonização da América Portuguesa, e por meio das Cartas de Doação a Coroa portuguesa estabeleceu a “liberdade” de seus donatários em governarem suas capitanias. Pernambuco, capitania confiada a Duarte Coelho Pereira, e por ele chamada de Nova Lusitânia, teve logo suas primeiras vilas criadas.

[1] Autora: Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco (PPGH-UNICAP). E-mail: fspfilo@hotmail.com.

Porém sentindo a fragilidade da segurança local e temendo ataques, seja por terra ou por mar, viu-se obrigado a mudar-se com sua gente para as colinas ao sul do continente, criando assim a chamada Vila de Olinda com o propósito de sede da capitania, tornando-se o centro financeiro, religioso e político da região, e onde residiam famílias endinheiradas, mas que apesar de sua situação privilegiada de defesa, não tinha as condições necessárias para desempenhar as funções comerciais. Pernambuco tornou-se a capitania mais afortunada por conta da produção de açúcar, cabendo a Duarte Coelho, enquanto donatário, a fundação dos primeiros engenhos de açúcar, estabelecendo assim um ciclo de riqueza e ápice açucareiro. A cana de açúcar tornava-se um produto valorizado na Europa e de grande rentabilidade para a Coroa portuguesa[2].

A origem da cidade do Recife, portanto, remonta a esse período, quando os portugueses escolheram seu porto natural, uma muralha de pedras e corais que se eleva estrategicamente do mar, para armazenamento e escoamento do açúcar produzido pela capitania com destino ao mercado europeu. E em 12 de março de 1537, segundo o Foral de Olinda[3], o Recife passou a ser o porto principal da capitania, "de acordo com as aspirações dos seus habitantes, na maior parte portugueses, dedicados ao comércio, os chamados 'Mascates'" (MUELLER, 1984, p. 57). Como reflexo de tal prosperidade, Pernambuco tornou-se ponto de apoio para a colonização portuguesa na costa do Brasil, surgindo assim novas edificações: armazéns, fortes, casas e igrejas. O "povo" iniciava uma nova fase. "Mas os mareantes que ali aportavam só contavam com a igreja do Corpo Santo" (MARQUES, 2014, p. 50). Dada a identidade da referida igreja, necessária era a construção de um templo que conferisse à região uma identidade católica mais de acordo com a religiosidade do reino.

[2] Fonte: Capitania de Pernambuco. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco/acervo-digital/capitanias/pernambuco/. Acesso em 04 nov. 2020.
[3] Redigido em 1537 por Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco, confere à povoação o título de Vila e estabelece o seu patrimônio público, materializando uma intenção, uma concepção de domínio e conquista das terras e dos gentios. Além de reger a relação entre o donatário e o rei, servia para definir os direitos políticos e a percepção de rendas dos donatários, bem como as responsabilidades desses perante a Coroa. Fonte: Foral de Olinda. Disponível em: https://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/foral-de-olinda/. Acesso em 24 ago. 2020.

A custódia de Santo Antônio do Brasil foi criada em 1584, tendo sua sede na cidade de Olinda, com devoção a Nossa Senhora das Neves, e ficando os religiosos responsáveis pela catequização e evangelização do gentio (MARQUES, 2014, p. 46). E em 1606, em terras doadas por Marcos André, proprietário da parte norte da ilha, situada entre dois braços do Rio Capibaribe, os franciscanos edificaram seu convento[4], olhando silenciosamente para o Porto dos Arrecifes, e deram início à ocupação da "Ilha de Antônio Vaz", hoje conhecido como bairro de Santo Antônio. Por conta de sua posição estratégica, Pernambuco foi ocupado pelos holandeses em 1630. Com a invasão os frades fugiram para o Forte Real do Bom Jesus ou Arraial Velho do Bom Jesus[5] e o Convento de Santo Antônio foi cercado por trincheiras e transformado em um forte, conhecido como Forte Ernestus ou Forte Ernesto. Tal ocupação se deu pela decisão do Conde Maurício de Nassau em edificar a cidade Maurícia (ALBUQUERQUE e SILVA, 2011, p. 08). Só na segunda metade do século XVII os franciscanos assumiram novamente o convento readaptando-o às funções originais.

Após 1654 foi retomada a vinda de portugueses para Pernambuco. Mercadores e mestres de ofícios ocuparam as vagas deixadas pelos holandeses. As oportunidades para homens de negócios e oficiais mecânicos eram grandes, uma vez restabelecido o comércio entre Pernambuco e o Reino (MELLO, 1981, p. 18). Estabelecendo-se economicamente, a Vila de Santo Antônio do Recife[6] se sobressaiu a capital Olinda. Reconhecendo a importância estratégica e econômica da região, em 1710 esta foi elevada à categoria de vila[7], não agradando à aristocracia olindense, originando assim um período de confrontos conhecido como Guerra dos Mascates[8]. O governo português

[4] No Nordeste, até metade do século seguinte, foram fundados treze conventos. O primeiro convento foi edificado em Olinda no ano de 1585, enquanto o segundo foi erguido em Igarassu em 1588 (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2015, p. 39-40).
[5] Esta fortificação foi fundada em 1630 e comandada por Matias de Albuquerque como forma de oferecer resistência à ocupação holandesa. A fortaleza terminou sitiada pelos holandeses em 1635 (COSTA, 1952, v. III, p. 12-19).
[6] Faziam parte da Vila as freguesias de São Pedro Gonçalves e Santo Antônio. Atualmente são os bairros do Recife, Santo Antônio e São José.
[7] Pela carta imperial de 05 de dezembro de 1823 foi elevada à categoria de cidade, e em 15 de fevereiro de 1827 tornou-se a capital de Pernambuco (SETTE, 1978, p. 62).
[8] Conflito de interesses econômicos e políticos entre a nobreza açucareira e os novos burgueses, em grande parte formada por senhores de engenho com dificuldades econômicas (MELLO, E., 2003, p. 141).

interveio garantindo apoio à causa dos comerciantes portugueses. O Recife começa a se reerguer e torna-se então a capital da capitania de Pernambuco.

E é desta época a presença no Recife do mestre-pedreiro Antônio Fernandes de Matos (c. 1640-1701), um português que veio a se tornar um dos maiores empreendedores de sua época, sendo construtor de grande parte das igrejas e prédios públicos provenientes do final do século XVII, e dentre eles a Capela Dourada do Recife[9]. Edificada durante o apogeu açucareiro pernambucano, é também conhecida como Capela dos Noviços[10] e faz parte do complexo de edifícios do Conjunto Franciscano do Recife formado pelo Museu Franciscano de Arte Sacra, pela Igreja da Ordem Terceira de São Francisco e pelo Convento e Igreja de Santo Antônio. A Capela Dourada foi construída perpendicularmente à igreja dos frades e a ela ligada com abertura do muro da nave, do lado do Evangelho[11], e tem esse nome pelo fato do seu interior se encontrar revestido por talhas[12] esculpidas em cedro e cobertas por finas lâminas de ouro, sendo considerada um dos exemplares da arquitetura religiosa franciscana. Em estilo barroco-tropical, e a sacristia em estilo barroco-rococó[13], faz parte da Venerável Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, irmandade fundada no Recife no século XVII.

[9] Considerada ainda um dos mais importantes e expressivos exemplares da arte barroca no Brasil, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Processo nº 6–T–1938. Monumento Nacional no Livro de Belas Artes, v. I, sob nº 004 em 14 de março de 1938. O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13.08.1985, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1566. Acesso em 04 nov. 2020.

[10] Era assim chamada pois no local era realizada a cerimônia religiosa de entrada dos irmãos ao noviciado.

[11] Expressão utilizada para indicar o lado (nave, absidíolo) esquerdo de um templo, quando observado da entrada principal (FABRINO, 2012, p. 30).

[12] Escultura ou ornato arquitetônico, em alto ou baixo-relevo, executado geralmente em madeira, por desbastamento ou entalhe (FABRINO, 2012, p. 54).

[13] O barroco, significa pérola de formato irregular, é um estilo artístico que surgiu no século XVI e se estendeu até o começo do século XVIII, caracterizado por ter uma estética com excesso de ornamentos e representações do divino. É marcado pelo rebuscamento, requinte e exagero de adornos. Conhecido como a arte da contrarreforma por virar as costas para o classicismo. Enquanto o rococó, um estilo mais elegante e leve, é o termo indicado para designar a fase tardia do barroco, constituindo uma reação às suas formas classicizantes, prevalecendo os temas leves e sentimentais, cores claras e simetrias (NEVES, 2005).

A pedra fundamental foi lançada pelo capitão general Caetano de Melo Castro em 13 de maio de 1696, e em 15 de novembro de 1697 a obra estava parcialmente concluída tendo sido celebrada a primeira missa no altar-mor pelo Padre Comissário Visitador Frei Jerônimo da Ressurreição. No entanto, as obras de embelezamento do interior da capela duraram até 1724 (PIO, 2004, p. 16-17). Os Irmãos Terceiros[14], membros da irmandade que construiu a citada capela, e que segundo Evaldo Cabral era considerada uma associação que unificava a classe mercantil e servia de contraponto à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Olinda (MELLO, E., 2003, p. 155), era formada por ricos comerciantes portugueses, conhecidos como mascates.

É de José Antônio Gonsalves de Mello, historiador pernambucano, talvez, a única pesquisa sobre Antônio Fernandes de Matos, e que foi publicada pela primeira vez em 1957. E é a partir daí, que esta pesquisa vem resgatar a figura de Antônio Fernandes de Matos e nominar alguns de seus discípulos. Um homem que apesar do pouco saber, e que mal conseguia "desenhar" seu nome, mas de mãos afeitas para o trabalho manual, não foi econômico a colocar seu dinheiro a serviço do Rei e da Igreja.

Nascido em Portugal, na freguesia de São Julião da Vila Moreira do Lima, província do Minho, Antônio Fernandes de Matos era filho de Domingos Fernandes de Nellas e Isabel Fernandes e irmão de Sebastião Fernandes de Matos que permaneceu residindo em Portugal, e de Domingos Moreira de Lima, que também imigrou para Pernambuco. Segundo Mello, quando foi admitido na Ordem de Cristo já devia ter, pelo menos, 50 anos. O que leva a acreditar que tenha nascido na década de 1640. Foi admitido como irmão da Santa Casa de Misericórdia de Olinda, em 1682, e recebeu do governador de Pernambuco o "lugar de armeiro de Sua Alteza, nesta Capitania", em 10 de maio de 1688. A mais antiga referência à sua atividade profissional encontrava-se na Irmandade do Senhor Bom Jesus das Portas do Recife[15] – fundada na Matriz do Corpo Santo, onde foi eleito juiz da irmandade em 1683 (MELLO, 1981, p. 17-23).

[14] Pessoas leigas, terciárias das ordens, tanto carmelitas quanto franciscanos. São aqueles que se dedicam a viver no meio do mundo, sua vida normal, junto de sua família, os ideais daquelas ordens.
[15] A irmandade foi incorporada à Igreja Matriz do Corpo Santo recebendo em 1666, do governador André Vidal de Negreiros a doação do arco das portas do Recife, para construir sobre este uma capela para o seu padroeiro. Embora o término das obras do santuário tenha se dado em 1680, a irmandade só foi

No momento, o documento mais antigo, constante no arquivo da Ordem Terceira, no qual se faz referência da presença de Fernandes de Matos, é datado de 14 de abril de 1671, o que nos faz acreditar que já estava em terras brasileiras há algum tempo, e que já era considerado uma pessoa de posses. No referido documento, Antônio Fernandes de Matos, enquanto pedreiro, requereu à Câmara de Olinda, que fosse realizada uma vistoria na Rua do Açougue onde estava construindo umas casas. Tal solicitação foi originada de uma notificação que Matos, provavelmente, havia recebido com a alegação de que tais construções poderiam prejudicar o traçado urbano do local, e que preferia não continuar com a dita obra sem que antes fosse feita tal vistoria, como se depreende de tal documento. Ainda foi alegado por ele que tais construções não iriam prejudicar a serventia da rua, uma vez que seriam "na mesma largura da casa do senhor Antônio Roiz". Por despacho da Câmara de Olinda, datado de 14 de abril de 1671, obteve autorização para continuar tais construções (Papéis Diversos de Antônio Fernandes de Matos – Caixa Ano 1677 a 1702).

Entre os anos de 1684-1685, com autorização do governador D. João de Sousa, financiou e levantou a Fortaleza da Madre de Deus e São Pedro[16], que nunca foi conhecida por essa designação, mas, referida como Forte do Matos – o que lhe rendeu o título de capitão e governador da dita fortaleza[17] por carta régia de 21 de março de 1686 –, num banco de areia localizado nas proximidades do cais do porto, ao sul da Ilha do

legalmente reconhecida conforme termo de aprovação lavrado em reunião de 22 de dezembro de 1682. Através da Lei Provincial nº 252 de 4 de maio de 1850 foi determinada a demolição da Capela do Bom Jesus das Portas e as imagens ali constantes foram trasladadas pela portaria baixada pelo conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, então presidente da província, para a capela-mor da Igreja da Madre de Deus em procissão solene no dia 9 de março de 1850, tendo a imagem do padroeiro ocupado o altar-mor, como reservado pela dita portaria (COSTA, 1952, v. IV, p. 215-220).

[16] Recebeu essa designação uma vez que era vizinho ao Convento da Madre de Deus e em homenagem ao próprio soberano. O forte manteve-se operacional até 1750, passando a ter outros usos após essa data. A construção ainda chegou a ser utilizada durante alguns anos como sede da Assembleia Legislativa de Pernambuco, antes de ser abandonada e finalmente destruída em 1847. O forte era o único do Estado a ter formato semicircular em sua porção sul, acompanhando a forma dos limites entre o aterro e o rio Capibaribe. Fonte: Forte da Madre de Deus e São Pedro. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=871&muda_idioma=PT. Acesso em 02 nov. 2020. Hoje, no local, encontra-se edificado o Shopping Paço Alfândega.

[17] AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1358.

Recife (atual bairro do Recife), com a função de protegê-lo em situação de risco[18] (MELLO, 1981, p. 36-37). Com tal construção, não é de se estranhar que grande parte dos imóveis elencados em documentos do Arquivo da Ordem III, tenham sido construídos em ruas próximas ao forte, e que provavelmente, as casas que Fernandes de Matos possuiu na povoação do Recife, foram levantadas em terreno que ganhou com o aterro do rio[19], na extremidade sul do istmo. Ainda há que se destacar que os sobrados ali levantados, com dois pavimentos, iam "de rua a rua", o que denotam a condição financeira privilegiada de seu construtor (Relação dos Prédios de Antônio Fernandes de Matos – Caixa Ano 1701).

Responsável pelo movimento construtivo que povoou o Recife de edificações religiosas na segunda metade do século XVII, entre os anos de 1680-1683, Fernandes de Matos levantou na antiga Porta da Terra (*Lantpoort*)[20] da cidade holandesa, o Arco e Capela do Bom Jesus da Cruz. Construiu ainda a Igreja e o Hospício[21] da Madre de Deus (1679-1683), a Igreja e o Convento do Carmo (c.1685-1701)[22] e o Colégio de

[18] Essa fortaleza, já desaparecida, foi o único empreendimento de Matos na arquitetura militar e pela patente de capitão recebia um soldo de 4 mil réis (MELLO, 1981, p. 115-116).
[19] "Após ter construído o forte para o governo, utilizou o restante do aterro de 37 mil m² para a construção de casas de sua propriedade". Fonte: Forte da Madre de Deus e São Pedro. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=871&muda_idioma=PT. Acesso em 02 nov. 2020.
[20] Assim como as cidades dos tempos medievais com suas fortificações e entradas, o Recife, nas palavras de Pereira da Costa, "teve também as suas portas de cidade, assinalando os seus limites, e convenientemente fortificadas; essas portas fechavam completamente todo o recinto da cidade, e achavam-se situadas nos seus limites Norte e Sul, e foram construídas no século XVII pelos holandeses". A porta sul estava situada no bairro de São José, enquanto a porta norte ficava localizada na extremidade da rua do Bom Jesus, no bairro de São Frei Pedro Gonçalves (COSTA, 1952, v. III, p. 473-476). Ainda segundo ele, nos nichos dos arcos das Portas da Cidade foram colocadas, em 1746, as imagens de Nossa Senhora da Conceição (padroeira do reino e com a independência ficou sendo do império) e Santo Antônio (padroeiro de Pernambuco), ambas confeccionadas em pedra pelo artista e escultor João Pereira, onde permaneceram até a demolição dos referidos arcos, sendo então em 1913 e 1917, respectivamente, a imagem de Nossa Senhora da Conceição recolhida à Igreja da Madre de Deus e a de Santo Antônio levada para a Igreja do Espírito Santo (COSTA, 1954, v. VI, p. 65, 328, 331).
[21] Casa de hospedagem para religiosos quando em viagem entre um convento e outro.
[22] No final do século XVI chegaram ao Brasil os primeiros carmelitas e logo trataram de construir o primeiro convento carmelita no Brasil, localizado em Olinda. Depois da expulsão dos holandeses em 1654, o prédio do Palácio da Boa Vista, uma das residências do conde Maurício de Nassau, foi doada à Ordem dos Carmelitas para que ali fundassem o hospício do Recife. Alegando insalubridade das instalações, obtiveram por Licença Real de 24 de março de 1687, permissão para fundar o convento denominado Arrecife de Pernambuco, com uma capela dedicada à Nossa Senhora do Carmo (COSTA, 1952, v. IV, p. 163-172).

Jesus e Igreja de Nossa Senhora do Ó (começado em 1686)[23]. O Convento da Madre de Deus da Congregação de São Filipe Néri[24], foi fundado num terreno no istmo do Recife doado pelo próprio Matos. Além destas, ainda incluem o Quartel da Guarnição do Recife (aprovação régia por despacho de 14 de dezembro de 1693) e o novo molhe portuário natural da cidade (1696-1699) (CASTRO, 2010, p. 96-97).

Fernandes de Matos além de trabalhar como mestre de obras, foi proprietário de terras e de gado, capitão de fortaleza e outros encargos atribuídos pelos governadores da capitania. Embora não tenha tido acesso a cargos mais elevados no governo local, atuou como contratador de dízimos reais, o que demostra que era tido como um funcionário régio privilegiado. Documento constante no Arquivo da Ordem Terceira, exemplifica essa condição, além de mostrar que a arrecadação dos dízimos reais era celebrada via acordo temporário – "este anno que começa em agosto de 1696 e acaba em julho de 1697" –, conforme obrigações e condições pré-estabelecidas. Embora tais acordos fossem temporários, outros documentos nos dão conta de que Matos prestou serviços para a coroa por um largo período. Se por um lado, para a coroa tal contrato era favorável, uma vez que visava aumentar sua arrecadação, por outro, no caso de Fernandes de Matos, era uma forma não só de aumentar seus lucros, como também seu prestígio junto ao governo local, mantendo-o no topo da hierarquia mercantil (Obrigações Diversas e Débitos para com Antônio Fernandes de Matos – Caixa Ano 1677 a 1702).

[23] Pereira da Costa nos dá conta de que, por ordem régia firmada por D. João IV, foi concedida licença aos padres jesuítas para fundarem um colégio na povoação do Recife. O governador e capitão-general Francisco Barreto, em 1654, deu aos jesuítas a igreja que pertencia aos hereges calvinistas, bem como duas casas para seus exercícios e fundação do colégio. Tais edificações ficavam no centro da povoação de Santo Antônio (COSTA, 1952, v. III, p. 401-410).

[24] Congregação criada em 17 de julho de 1671 por autorização ordinária do Papa Clemente X, em Pernambuco pelo padre João Duarte do Sacramento na Capela de Santo Amaro de Água Fria, sendo os seus estatutos aprovados na reunião dos padres da casa de Nossa Senhora da Apresentação de Lisboa, em 12 de janeiro de 1670. Sua igreja no Recife fica pronta em 1706 e a primeira missa é celebrada em 1716, só ficando concluído todo o conjunto, atual concatedral da Madre de Deus, em 1720 (COSTA, 1952, v. IV, p. 45-48). A Congregação do Oratório enfatizava o uso da música sacra nos rituais litúrgicos e nas representações teatrais dos Evangelhos da Paixão, origem do gênero musical que ficou conhecido como oratório (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2015, p. 12).

Contava com mão de obra escrava numerosa, e como mantinha negócios com a África, considera-se que os comprava por preço razoável. Ao falecer tinha a seu serviço 98 negros ladinos. Apesar de ser de origem humilde, dominou a indústria de construção no Recife e transformou-se num rico "mascate" (alcunha dada aos comerciantes portugueses do Recife à época), controlando as matérias-primas que utilizava nas suas atividades construtivas. Monopolizou a exportação de madeiras em Pernambuco até o início do século XVIII, uma vez que era dono de uma mata em Camaragibe, de onde extraía madeira, e a partir de 1696 passou a receber com exclusividade as pedras usadas como lastro nos navios que chegavam ao Recife, graças a um acordo com a Câmara de Olinda (CASTRO, 2010, p. 107). Segundo Mello, um documento oficial, datado de 1695, diz ter sido Antônio Fernandes de Matos "o artífice de todas as nobres obras que hoje há em a dita Capitania [de Pernambuco], por haver reedificado umas e fundado outras, devendo-se à sua arte e liberal ânimo o enobrecido dos aposentos, o suntuoso dos templos, o cômodo dos povos e o remédio dos pobres, por usar de sua caridade com todos"[25] (MELLO, 1981, p. 11-12).

Seu papel na reconstrução do Recife após a expulsão dos holandeses, foi de grande relevância, custeando do próprio bolso muitas obras. Cabe aqui nominar, além dos já mencionados, os feitos que executou, seja por investimento próprio visando a obtenção de lucros, seja por contrato de arrematações. Assim, Fernandes de Matos, com sua atividade de mestre pedreiro, colaborou com o estabelecimento de obras que foram importantes para a cidade enquanto centro urbano em ascensão. São elas: a Igreja e o Hospital do Paraíso (1684)[26]; as obras de conservação das Pontes do Recife, da Boa Vista[27], dos Afogados, de Motocolombó e a do Varadouro (Olinda), pelo prazo de dez anos a terminar em agosto de 1706; a Casa da Moeda (aproximadamente em 1700). Além destas obras de maior destaque, Matos prestou outros serviços para o Recife e ao governo da capitania: tirou navios do fundo do rio; realizou o apresto de frotas nos anos

[25] O autor não diz de qual documento recolheu esta citação.
[26] Abrigou a Irmandade de São Pedro dos Clérigos no período de 28 de junho de 1705 até o dia 28 de junho de 1729, quando foi então trasladada a imagem do padroeiro em procissão, da Igreja Matriz do Corpo Santo para a sua igreja em construção (COSTA, 1952, v. IV, p. 516-518).
[27] AHU_ACL_CU_015, Cx. 15, D. 1529.

de 1689, 1691 e 1693; realizou reparos nas fortalezas como o Forte de Santa Cruz ou Forte Orange (Itamaracá), o Forte de Tamandaré e no Forte do Brum[28]; e restaurações no Palácio das Torres[29] e no Armazém de Sal. Arrematada, mas não realizada por Matos, foi a construção de um cais e uma estrada ao longo do Rio Beberibe, a começar ao longo da Ponte do Varadouro. Um de seus últimos projetos foi a fundação em Pernambuco de um convento de freiras. O que não foi adiante "com a morte do Capitão Antônio Fernandes de Matos", como noticiado ao Rei pelo Governador de Pernambuco em carta de 02 de outubro de 1702 (MELLO, 1981, p. 72).

Embora Antônio Fernandes de Matos tenha ascendido social e economicamente, ainda assim, nunca abandonou a atividade de mestre pedreiro, além de ser um nome de peso na família da Ordem III do Recife, a quem foi confiada a construção e o comando do projeto da Capela Dourada, tendo sido admitido no ano de 1695, e irmão ministro entre os anos de 1697 a 1700, a despeito do requisito de "pureza de sangue" e quanto ao seu "defeito mecânico"[30] (PIO, 1959, p. 54). Foi casado com Paula Monteiro, filha do Licenciado Domingos Monteiro de Oliveira e de Maria Dias Videira, naturais da vila de Ancede do Bispado do Porto. Não deixou filhos (MELLO, 1981, p. 83-86). Como dote pelo casamento receberam além de miudezas, peças em ouro e prata, seis escravos, bem como as "cazas da Rua da Cadeia em que morou Antônio Gonçalves da Fonte", esta no valor de 300$00, de um total de 1:566$900 (Papéis Diversos de Antônio Fernandes de

[28] AHU_ACL_CU_015, Cx. 15, D. 1523 e AHU_ACL_CU_015, Cx. 15, D. 1530.

[29] Por carta régia de 11 de agosto de 1695 consta que Antônio Fernandes de Matos fez voluntariamente e às suas expensas os consertos que foram necessários. O palácio serviu de habitação aos governadores da capitania, convenientemente conservado até o ano de 1770. Porém, no ano anterior, o governador Manoel da Cunha Menezes demoliu parte do edifício no intuito de encontrar enterradas riquezas holandesas (COSTA, 1952, v. IV, p. 187).

[30] Desde o século XVI, o critério de pureza de sangue era utilizado na admissão de indivíduos em ordens religiosas e militares. Ao se confirmar que o indivíduo descendia de um dos tipos de sangue inferior (judeus, mouros, negros - fossem escravos ou livres - e indígenas) ele perdia a sua pureza racial. O critério inicialmente, tencionava naturalizar as diferenças morais entre plebeus e nobres. Já a questão do defeito mecânico relacionava-se com a comprovação de que o indivíduo ou algum de seus antepassados tenha desempenhado funções mecânicas, ou seja, serviços braçais, como trabalhar diretamente na terra ou qualquer outra atividade que não condissesse com o status de nobre, embora fossem menos graves e mais facilmente perdoados. Fonte: Pureza de sangue. Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4950:pureza-de-sangue&catid=196&Itemid=215. Acesso em 16 set. 2020. Embora tenha sido de origem humilde, por conta das atividades de honra desenvolvidas por Matos, bem como por acumular vastos cabedais, lhe foi garantida uma ascensão social.

Matos – Caixa Ano 1677 a 1702). Ainda que Borges da Fonseca não mencione o nome de Antônio Fernandes de Matos dada a ausência de nobreza familiar, destaca seu casamento com alguém que era de família "que se tem conservado limpa e se acha hoje com bastante nobreza e luzimento" (FONSECA, 1935, p. 76), além de enumerar alguns de seus feitos, títulos recebidos e sua fortuna:

> D. Paula Monteiro, mulher do Capitão Antônio de Matos, Cavaleiro da Ordem de Cristo, bem conhecido pelos grossos cabedais que possuiu, pela fundação do Colégio dos Padres Jesuítas do Recife e da Ordem Terceira de São Francisco da mesma vila, e pela fortaleza edificada à sua custa, que ainda hoje conserva o seu apelido (FONSECA, 135, p. 76).

Antônio Fernandes de Matos veio a falecer em 24 de agosto de 1701, e foi sepultado na Igreja da Ordem III (MELLO, 1981, p. 130), sem sequer ter terminado os trabalhos decorativos da Capela Dourada. Em vida ajudou financeiramente a cada irmandade religiosa recifense: os jesuítas, os padres oratorianos, os franciscanos e os carmelitas. Mas foi a Ordem Terceira de São Francisco a principal beneficiária de sua fortuna. Em testamento, redigido três dias antes de sua morte, determinou que os ministros-irmãos da Ordem III fossem seus testamenteiros, junto com o Padre Gabriel Fernandes, seu sobrinho:

> Declaro que depois de comprido meus legados e pagas as minhas dividas tudo o mais que ficar nomeo e instituo por minha unica erdeira a minha Alma pera que se me digão em missas na hordem terceira tudo o que se achar liquido de minha fazenda e porque esta he a minha ultima vontade hei por acabado este meu testamento que mandei escrever por Antônio Gomes Lima e depois mandey ler e vy estar comforme tudo o que mandei escrever e asim peso as Justicas de Sua Magestade asim seculares como ecleziasticas lhe dem todo a execução e fação dar inteiro credito (MELLO, 1981, p. 131). Grifo meu.

Responsável pelas obras da Capela Dourada é certo que Antônio Fernandes de Matos contratou o serviço de vários artesãos entre os anos de 1697 a 1700, e que após sua morte, alguns passaram a ocupar o nicho deixado por ele, e formaram suas próprias

redes de trabalho. Aqui estão nomeados alguns artífices que a seu lado transformaram a Capela da Ordem Terceira numa obra de arte religiosa no Brasil, ainda hoje presente aos nossos olhos.

São eles: Afonso Dias – ferreiro – realizou trabalhos no Colégio dos Jesuítas. André Ferreira – ferreiro – confeccionou um sino. André Luiz Pinto – oficial de carapina – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira (PIO, 2004, p. 21). Antônio Álvares – carpina – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira. Antônio Alves Neiva – pedreiro – executou os trabalhos de estuque da sacristia da Ordem Terceira (PIO, 2004, p. 43). Antônio Coelho de Lemos – ourives – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira; foi pessoa de destaque na sua arte, tendo sido chamado para avaliar os dotes de casamento de Fernandes de Matos (PIO, 1959, p. 45-46); foi benfeitor da Igreja da Congregação da Conceição[31] (MELLO, 1981, p.119). Antônio Dutra de Andrade – mestre pedreiro – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira; amigo de Fernandes de Matos foi uma das testemunhas a assinar seu testamento (MELLO, 1981, p. 100); para a Igreja de São Pedro dos Clérigos contribuiu com donativos de materiais, mão de obra escrava e o pagamento dos operários (COSTA, 1952, v. IV, p. 303). Antônio Francisco – tanoeiro – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira (MELLO, 1981, p. 22). Antônio Martins Santiago – mestre entalhador – executou a talha do altar-mor, onde observa-se um retábulo em arco cruzeiro e colunas salomônicas, entrelaçadas por folhas de parreiras, com dois nichos para as imagens dos Santos Cosme e Damião, um sacrário, um frontal e dois armários da Capela dos Noviços (PIO, 1959, p. 08, 39). Antônio Pereira – artista português que assina os azulejos trazidos de Lisboa e assentados na Capela (PIO, 2004, p. 21).

Bento dos Santos Coelho – carpinteiro – executou serviços no claustro da Ordem Terceira (PIO, 1959, p. 11). Bento Pimentel Tristão – oficial de carpina – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira (PIO, 2004, p. 22). Custódio

[31] Congregação com igreja anexa ao Colégio dos Jesuítas do Recife. Também estabelecida por homens de negócio "e não se admitiam homens nobres, senão com a condição de pagarem o dobro da cota estabelecida ao comum dos congregados" (MELLO, 1981, p.118).

Álvares – carpina – não há referência sobre o serviço prestado para os terceiros (MELLO, 1981, p. 22). Dizidério Pedro – carpinteiro – não há referência sobre o serviço prestado na Ordem III (PIO, 1959, p. 12). Domingos Afonço Casanova – oficial de carpina – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira (PIO, 2004, p. 22). Domingos Rabello da Luz – ferreiro – confeccionou a grade de ferro do grande arco que separa a Capela Dourada da igreja do Convento de Santo Antônio (PIO, 2004, p. 24).

Felipe Alexandre da Silva – mestre entalhador – trabalhou nas Ordens Terceiras de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo, executando retábulos e outros serviços de talha. Para as igrejas Matriz de Santo Antônio e São Pedro dos Clérigos, fez objetos diversos, como castiçais, tocheiros, sanefas e tribunas. Confeccionou a entalha de quatro altares da Ordem Terceira (PIO, 1959, p. 13). Felizberto Carmelo de Souza – carpinteiro – não há referência sobre o serviço prestado na Ordem Terceira (PIO, 1959, p. 14). Francisco Prudêncio – pedreiro – trabalhou nas obras do claustro da Ordem Terceira (PIO, 1959, p. 54). Francisco Rodrigues – pintor – não há referência sobre o serviço prestado na Ordem III (PIO, 1959, p. 73). Francisco Xavier – ourives – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira (PIO, 2004, p. 22). Frei Luís Machado – carpinteiro e entalhador – fez primeira grade que separava a Capela Dourada da igreja do Convento de Santo Antônio, o arco da capela-mor, o grande arco para o convento e os móveis da sacristia, tudo em jacarandá (PIO, 1959, p. 34).

João Baptista – carpina – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira. João da Silva – oficial de carpina – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira (PIO, 2004, p. 22). João de Deus Sepúlveda – pintor e músico – realizou serviços de pintura e douramento da sacristia da Ordem III (PIO, 2004, p. 24); pintou em perspectiva ilusionista o forro da nave da Igreja de São Pedro dos Clérigos, bem como os arcos, cornijas e coro (COSTA, 1954, v. VI, p. 393) e o forro sob o coro da Igreja da Conceição dos Militares, representando a batalha dos Guararapes; acrescenta-se a estes, alguns dos painéis com cenas da vida de Santa Teresa que ornamentam a casa dos terceiros do Carmo. João Fernandes Burgos – mestre

pedreiro – não há referência sobre o serviço prestado para os terceiros; amigo de Fernandes de Matos sendo uma das testemunhas a assinar seu testamento (MELLO, 1981, p. 22). João Ferreira da Silva – ourives – não há referência sobre o serviço prestado para os terceiros. João Gonçalves – calafate – não há referência sobre o serviço prestado para os terceiros (PIO, 1959, p. 46).

João José de Santana – marceneiro – trabalhou no claustro da Ordem Terceira (PIO, 1959, p. 27). João Moreira – pedreiro – não há referência sobre o serviço prestado na Ordem III. João Pacheco Calheiros – pedreiro – trabalhou na obra do claustro da Ordem Terceira de São Francisco; amigo de Fernandes de Matos, foi uma das testemunhas a assinar seu testamento (PIO, 1959, p. 56). João Vital Correia – pintor – responsável pelos frontais de madeira e pintura da Capela. José Pinhão de Matos – pintor – provável autor de nove painéis representando os santos da ordem, e oito encomendados por Antônio Fernandes de Matos (PIO, 1959, p. 78-79); executou os serviços de pintura conforme contas do ano de 1695 para a Igreja de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos (COSTA, 1952, v. IV, p. 412). José Ribeiro de Vasconcelos – pintor – fez a pintura de dois painéis para a Capela, dourou os nichos dos santos e retocou o andor de Nossa Senhora da Conceição, além de pintar as imagens do Santo Cristo, São Francisco e Santa Isabel (PIO, 2004, p. 45).

Luís Nunes Pernambucano – santeiro – fez as imagens de São Francisco e Santa Isabel e o Senhor Crucificado para a capela do hospital da Ordem Terceira e a imagem de São Jácome (PIO, 1959, p. 42-43). Manoel da Silva Amorim[32] – santeiro – para a Ordem Terceira confeccionou entre 1835-1836 as imagens de São Luís, rei da França (Luiz IX), Santa Clara e, em 1867, a imagem Nossa Senhora da Ajuda[33] – padroeira dos noviços[34]; além dos anjos do altar da capela-mor em 1867 (PIO, 2004, p. 36); é ainda de

[32] Segundo Pereira da Costa, Manoel da Silva Amorim nasceu no Recife em 1793 e faleceu a 7 de julho de 1873. Já no final da vida concebeu e empreendeu a estrutura de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição e outra de São José (COSTA, 1954, v. VI, p. 65-67). O autor, porém, não relata onde estão estas imagens.
[33] O título "da Ajuda" tem a ver com o momento da morte de Cristo na cruz. Enquanto Ele oferecia sua vida pelos homens, Nossa Senhora colocava-se como "da ajuda" e intercessora dos pecadores.
[34] "Havia na Ordem III duas imagens com esta mesma invocação. A primeira veio de Lisboa entre os anos de 1755 a 1756, e, como tantas outras em tantas partes, foi relegada ao abandono. Acontece, porém, que a

sua autoria para a Igreja da Santa Cruz as imagens de São Joaquim, São José e São Raimundo Nonato; para a Madre de Deus fez a imagem do Senhor dos Passos (PIO, 1959, p. 43); para o Mosteiro de São Bento de Olinda assina a imagem da Mater Dolorosa (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2015, p. 115); fez ainda, em 1857, a imagem de São Manoel da Paciência, localizada no consistório da Igreja de Nossa Senhora do Terço (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2015, p. 121); também confeccionou a imagem do Senhor dos Passos da Igreja Matriz de São Frei Pedro Gonçalves (COSTA, 1954, v. VI, p. 66).

Manoel da Costa – carpina – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira (PIO, 2004, p. 22). Manoel de Carvalho – carpinteiro – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira (PIO, 1959, p. 35). Manoel de Jesus Pinto – pintor – trabalhou no douramento da capela-mor, do nicho central para o crucifixo e nos nichos para os Santos Cosme e Damião, da Capela da Ordem Terceira de São Francisco; realizou trabalhos de pintura e douramento na sacristia da Igreja de Santa Tereza da Ordem Terceira do Carmo do Recife (PIO, 1959, p. 82), e na Matriz de Santo Antônio; foi responsável pela douração do mobiliário da Igreja de São Pedro dos Clérigos; realizou o douramento da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento da Boa Vista em substituição a Francisco José Pinto; para a Igreja de Santa Cruz do bairro da Boa Vista realizou todo o trabalho de douramento e pintura (PIO, 1959, p. 82). Manuel Botelho – oficial de ourives – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira (PIO, 2004, p. 21).

Manuel Ferreira Jácome – pedreiro e arquiteto – trabalhou na obra do claustro da Ordem III de São Francisco, entre os anos de 1704 e 1706; também trabalhou como pedreiro na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; para a Igreja de São Pedro dos Clérigos executou a planta poligonal (COSTA, 1954, v. VI, p. 392); provável autor

---

Mesa Regedora tendo conhecimento de que com "a falta de reverência se achava colocada em um armazem debaixo do Consistório" mandou, em sessão de 25 de fevereiro de 1842 que se a trasladasse para um dos altares da Capela dos Noviços ou Capela Dourada, como é mais conhecida. Entre os anos de 1866 a 1867 resolveu, entretanto, a Ordem mandar fazer pelo imaginário pernambucano Manoel da Silva Amorim uma nova imagem e que é a que vemos hoje entronizada no altar mór da Capela Dourada. Da primitiva, vinda de Lisboa, não há notícias" (PIO, 1959, p. 43-44). A referida imagem encontra-se ladeada pelas imagens de São Cosme e São Damião, importadas de Portugal em 1742 (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2015, p. 115).

do projeto das obras da Igreja e Colégio de Nossa Senhora do Ó (MELLO, 1981, p. 42-46); realizou como empreiteiro obras de restauração na capela-mor e sacristia da Matriz da Muribeca (PIO, 1959, p. 60). Manuel de Jesus Pinto – dourador e pintor – responsável pela douração da Capela; executou também os serviços de pintura e douramento no teto do altar de Nossa Senhor da Soledade situado na sacristia da Ordem do Carmo. Manoel João Ferreira – ferreiro – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira (PIO, 2004, p. 22).

Miguel Gonçalves Torres – carpina – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira. Pedro Rodrigues – oficial de carpina – não há referência sobre o serviço prestado para a Ordem Terceira (PIO, 2004, p. 22). Sebastião Canuto da Silva Tavares – pintor – trabalhou nas obras do claustro da Ordem Terceira, além dos painéis das igrejas da Madre de Deus, Matriz de Santo Antônio, Igreja de Santa Rita, Convento de São Francisco do Recife e do Recolhimento em Igarassu (PIO, 1959, p. 83).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve estudo não cabem conclusões, somente a constatação de que é necessária uma pesquisa mais aprofundada e minuciosa sobre os nomes aqui elencados. Quantos ainda desconhecidos, vindos de Portugal ou de outras localidades, que fixaram residência no Brasil, especificamente no Recife, foram atraídos pela oportunidade de reconstrução da cidade após o fim da ocupação holandesa? Deve-se observar, portanto que não se pretendeu esgotar, nem mesmo elaborar estudo mais aprofundado sobre tais artífices. Tem-se, apenas, alguns nomes que expressam e representam, um sem número de trajetórias pessoais do Recife setecentista e que fizeram o diferencial naquela sociedade. Apesar de escassas, aqui busquei reunir as poucas referências sobre os mestres que, com mãos hábeis, ajudaram ao capitão Antônio Fernandes de Matos a erguer a Capela Dourada do Recife. Mais do que um símbolo de homens de poder é um monumento, um patrimônio e uma memória construídos por mãos e sentimentos humanos. Por fim, cabe ressaltar, mais uma vez, que não só o mestre Antônio Fernandes de Matos como seus discípulos deixaram um legado carente de estudos e perdidos ao

longo do tempo, e que ainda há muito a ser observado e descoberto sobre a origem destes e de tantos outros artífices responsáveis pela construção da cidade do Recife. É necessário, portanto, que pesquisadores estejam dispostos a escavar esse passado para que se tenha uma maior compreensão da nossa herança cultural.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Érica A. de; SILVA, Maria A. da. **Convento, Mapas e Cidades no Século XVII e no Presente: Conjecturas Urbanas Através de Dobras e Superposições Cartográficas**. Porto. 2011.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. v III, IV e VI. Recife. FUNDARPE. 1952.

FABRINO, Raphael J. H. **Guia de Identificação de Arte Sacra.** IPHAN. Rio de Janeiro. 2012.

FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. **Nobiliarquia Pernambucana**. v I. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. 1935.

GUERRA, Flávio. **Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos**. Recife. Editora Itinerário. 1978.

MARQUES, Maria E. C. M. **Homens de Negócio, de Fé e de Poder Político: A Ordem Terceira de São Francisco do Recife, 1695-1711.** Recife. Massangana. 2014.

MELLO, Evaldo Cabral de Melo. **A Fronda dos Mazombos: Nobres Contra Mascates, Pernambuco, 1666-1715.** São Paulo. Editora 34. 2003.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Um Mascate e o Recife: A Vida de Antônio Fernandes de Matos no Período de 1671-1701.** Recife. Fundação de Cultura Cidade do Recife. 1981.

————, José Antônio Gonsalves de. **Nobres e Mascates na Câmara do Recife, 1713-1738.** Recife. v LIII. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. 1981.

MUELLER, Bonifácio. **Convento de Santo Antônio do Recife e Suas Igrejas. Esboço Histórico – 1606-1956.** Recife. Fundação de Cultura da Cidade do Recife. 1984.

NEVES, André L. **A Arquitetura Religiosa Barroca em Pernambuco – Séculos XVII a XIX**. 2005. Disponível em:

https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/13.065/465. Acesso em 20 dez. 2019.

OLIVEIRA, Myriam A. R. de; RIBEIRO, Emanuela S. **Barroco e Rococó nas Igrejas de Recife e Olinda.** Brasília. IPHAN/Monumenta. 2015.

PIO, Fernando. **Artistas dos Séculos Passados**. Recife. Imprensa Universitária. 1959.

————, Fernando. **A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e Suas Igrejas**. Recife. Fasa. 2004.

SETTE, Mário. **Arruar. História Pitoresca do Recife Antigo.** Rio de Janeiro. Livraria-Editor da Casa do Estudante do Brasil. 1978.